

A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMERJ)

DANIEL RODRIGUES CORDEIRO
UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG)

EVERLAM ELIAS MONTIBELER
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

GUSTAVO CALDAS
UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG)

LOHAYNNE CAVALCANTE DA COSTA
UNIVERSIDADE IGUAÇU (UNIG)

JÚLIA BRAGATTO GROBÉRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecimento aos membros do LabCidades pelo apoio no artigo e a UNIG pela bolsa de Iniciação Científica.

A ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RMERJ)

MUNICIPAL TAX COLLECTION AND SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES IN THE METROPOLITAN REGION OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO

1. Introdução

No contexto da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Brasil passou por um processo de descentralização em relação às finanças públicas, mantendo a arrecadação dos principais tributos sob responsabilidade do governo central, como PIS, COFINS, CSLL, IR, IPI, CIDE, IOF, II, IE, ITR, etc., e descentralizando os gastos, via transferências federais aos governos subnacionais e com a possibilidade de criação de novos tributos por parte desses entes federativos. E quanto aos governos locais (municípios), as transferências são advindas, principalmente, do Fundo de Participação dos Municípios - FPM (Ribeiro *et al.*, 2019; Alves e Araújo, 2021).

Como demonstrado no estudo feito por Cordeiro *et al.* (2024) para os municípios do estado do Rio de Janeiro, os resultados apontaram que dos dez maiores municípios, em relação ao tamanho da população, cinco deles tiveram a média de repasses (FPM e ICMS) maior do que a média de arrecadação própria, sendo eles: Duque de Caxias, Campos dos Goytacazes, Belford Roxo, São João de Meriti e Volta Redonda, o que significa que os municípios maiores também dependem dos repasses para seu funcionamento, porém, em uma proporção menor do que a dos municípios pequenos.

Para Costa (2010) e Ribeiro (2023), o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), foram criados para que os riscos de disparidades regionais, elevados com a proposta de um Estado federativo, pudessem ser minimizados e com isso ampliando a capacidade fiscal das regiões, tendo como critério para os repasses a renda e a população.

As transferências governamentais foram iniciadas na Constituição de 1946, porém, foi a reforma tributária de 1967 que instituiu o FPE e o FPM, para combater as disparidades regionais. Com isso, os meios de financiamento desses fundos se dão por meio da arrecadação efetiva da União dos valores obtidos através do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Entretanto, a Constituição de 1967 tinha um regime mais centralizador, o que, mesmo com a implementação dos fundos e participação dos estados e municípios, não trouxe um resultado muito expressivo. Já com a Constituição de 1988, o governo passou a ter uma atuação mais descentralizada, a participação dos estados e municípios passou a ter mais importância, com uma maior distribuição tributária da federação e mais autonomia da produção de bens e serviços (Costa, 2013; Severino, 2017; Rodrigues *et al.*, 2021).

Ao adentrarmos agora nos tipos de receitas, temos que elas podem ser classificadas como receitas corrente e as receitas de capital, que são grupos que formam as fontes de receita municipal. As receitas correntes podem ser classificadas em receitas próprias e receita de transferência. As receitas próprias são aquelas arrecadadas no próprio município, como as receitas patrimonial, industrial entre outras. Já as receitas de transferência são aquelas que vêm através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dentre outras receitas (Simonasse e Arraes, 2000).

Segundo Pilotti e Rodrigues (2019), as receitas públicas são todos os recebimentos ou entradas de recursos financeiros a fim de serem aplicadas nos gastos das despesas públicas, e podem ser divididas entre: a) receita corrente (recursos que ingressam frequentemente para que possam custear gastos como manutenção das atividades governamentais, dentre elas, estão os tributos); e b) receita de capital (são instrumentos para as realizações propostas nos programas e ações do governo, decorrente da retirada dos recursos financeiros, com o interesse em atingir as finalidades públicas).

Em relação à região do estudo, aponta-se que a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro concentra capital, infraestrutura e mão de obra, além de abrigar mais de 70% da população estadual. É também a sede da maior parte das indústrias do estado, compondo um parque industrial diversificado. A região destaca-se ainda por oferecer serviços altamente especializados nos setores financeiro, comercial, educacional e de saúde, além de ser o local onde estão situados diversos órgãos e instituições públicas, entre outros. (Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro [CEPERJ], 2020).

Sendo assim, este trabalho se justificou devido à importância de se identificar os efeitos que a arrecadação municipal pode causar no desenvolvimento socioeconômico dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Além disso, como apontado por da Silva *et al.* (2019), achados nessa linha regional servem de arcabouço para o delineamento de políticas públicas municipais, conduzindo os gestores públicos na formulação de estratégias para aumentar seu desempenho fiscal, com foco na arrecadação para a oferta de bens e serviços públicos que possam ampliar a qualidade de vida e também no desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Como pergunta norteadora, esta pesquisa teve: “*Quais são os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ)?*”, e como resposta, o objetivo geral foi o de *analisar os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ)*. E como objetivos específicos: a) verificar a capacidade de arrecadação desses municípios pertencentes à RMERJ; e b) revisar a literatura da temática de finanças públicas e desenvolvimento socioeconômico.

2. Referencial Teórico

Assegurar o progresso do país, eliminar a pobreza e a marginalização, e diminuir as disparidades sociais e regionais são considerados objetivos primordiais na CF/88. Para concretizar essas metas, o Estado deve dispor de recursos adequados para custear os bens e serviços públicos requisitados pela sociedade. Nesse sentido, a principal fonte de receita do governo é a arrecadação de tributos (Leroy *et al.*, 2017).

Cada município tem competência para cobrar os tributos apropriados, cada um com características e regras próprias. As receitas fiscais são importantes do ponto de vista financeiro porque são atribuídas a diversas áreas de interesse dos cidadãos (Castro, Porcincula e Bueno, 2020; Oliveira, 2022). Em relação a receita própria municipal, são considerados cinco tributos principais: ISS (Imposto Sobre Serviço), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbana), ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis *inter vivos*), taxas (licenças e outras) e contribuição de melhoria (pouco utilizada). Como acontece com os estados, também acontece com os municípios, sendo assim, cada município tem autonomia para legislar os tributos de sua competência (Carneiro e Souza, 2017; Silva e Silva, 2018; Marconato, Parré e Coelho, 2021).

Contudo, somente essas arrecadações não são suficientes para manter as contas públicas locais equilibradas. Com isso, os municípios têm uma grande dependência em relação aos repasses federais e estaduais para se manterem (Carneiro e Souza, 2017). A dependência

excessiva dos municípios em relação aos repasses de origem federal, pode acabar sendo um meio negativo, acarretando na ineficiência dos gastos públicos e diminuindo o interesse no incentivo às arrecadações locais, fazendo com que os municípios se acomodem em receber e não se esforcem para arrecadar (Severino, 2017).

Entretanto, conforme destacado por Gonçalves (2013), é importante enfatizar que as transferências fiscais vieram para garantir a descentralização estatal, usando meios financeiros para contribuir de forma positiva nos municípios e estados, trazendo-lhes mais autonomia, mas sem diminuir as suas responsabilidades pela arrecadação tributária em nível de suas competências.

Desse modo, o Estado procura atender as demandas de sua responsabilidade através de suas operações financeiras, buscando arrecadar, administrar e alocar os recursos necessários para cada uma delas. Nesse sentido, a tributação desempenha um papel crucial na obtenção dos fundos que viabilizam as ações destinadas ao bem-estar coletivo (Fernandes *et al.*, 2018).

O conceito de desenvolvimento socioeconômico surge da busca por equilibrar esses aspectos. A expressão "desenvolvimento social" foi proposta como uma forma de complementar a abordagem neoclássica do crescimento, que historicamente considerava apenas a dimensão econômica. Assim, a inclusão do fator social visava equilibrar elementos de contribuição social que ultrapassavam o que podia ser quantificado puramente pela economia (Correia, 2014; Rigueiro, 2014; Leroy *et al.*, 2017).

Num primeiro momento, o conceito de desenvolvimento foi empregado como sinônimo de crescimento econômico. Contudo, devido à sua abrangência, rapidamente ultrapassou as fronteiras da Economia, sendo interpretado de maneira complementar ou diferenciada em diversas outras disciplinas científicas, como Sociologia, Administração, Geografia, História, Biologia e Psicologia (Siedenberg, 2003).

Complementando o conceito, para os autores Vieira (2012) e Botelho e Abrantes (2020), o desenvolvimento ocorre através de mudanças políticas, culturais, econômicas e sociais que vem com a intenção de trazer um bem-estar para a população. Impactando também na qualidade de vida e felicidade dos cidadãos (Debnath e Shankar, 2014). De acordo com Pereira e Moreira (2016), uma das alternativas utilizadas por pesquisadores quando analisam os municípios brasileiros é a utilização do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que busca verificar o desenvolvimento de três áreas dos municípios (emprego e renda; educação; e saúde).

De acordo com Lazarin, de Mello e Bezerra (2014), os indicadores socioeconômicos representam medidas que refletem o bem-estar da população em um período específico. Através desses parâmetros, o governo consegue aprimorar a administração dos recursos públicos e orientar os investimentos de forma mais eficaz, permitindo uma melhor previsão do comportamento econômico. Esses indicadores são comumente aplicados em diversos estudos, como o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), o Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal (IPDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Leite Filho *et al.* (2015) enfatizam outros indicadores, em âmbito nacional, o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), indicador de Desenvolvimento Municipal e, em âmbito estadual, o Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS). Por fim, outros trabalhos também utilizam o PIB *per capita* como uma *proxy* para medir o desenvolvimento econômico, por ser um indicador clássico da riqueza gerada por habitante em uma economia, como os autores Mansi *et al.* (2020), Miladinov (2020) e Tambosi *et al.* (2020). Neste trabalho também será utilizada essa mesma variável para mensurar o desenvolvimento socioeconômico.

Dessa forma, o crescimento econômico significa o aumento da produção de bens e serviços de um determinado local, já o desenvolvimento econômico é quando o crescimento econômico vem acompanhado de uma elevação do padrão de vida da população, em que

ocorrem alterações na estrutura econômica e social, possibilitando uma distribuição mais justa das riquezas assim produzidas (Sandroni, 1994).

Delabrida (2000) defende que o desenvolvimento pode advir de programas nacionais com objetivos difusos ou de políticas locais que, em ambos os casos, devem procurar a criação de emprego, rendimento e bem-estar para a população. Já Buarque (1999) acredita que o desenvolvimento em uma base econômica e social pode ser alcançado através do investimento em especialidades locais. Corroborando com o autor, Büttendender (2021) argumenta que o desenvolvimento local pressupõe mudanças provocadas conscientemente pelos agentes e que transformam as realidades locais.

Para Leroy *et al.* (2017), a análise dos estratos dos municípios estudados em seu trabalho revelou uma ligação favorável entre a receita local e a atividade econômica, indicando um impacto positivo da tributação municipal no índice de desenvolvimento da região. Complementando o autor, o equilíbrio financeiro dos entes federativos é uma das preocupações demonstradas na Lei da Responsabilidade Fiscal (LRF), e deste modo, a discussão entre as receitas próprias e o crescimento econômico dos municípios se faz importante e necessária.

O presente trabalho partiu da hipótese de que a capacidade de arrecadação dos municípios pode potencializar o volume de investimentos realizados pelos governos locais, ampliando a efetivação de políticas públicas e, conseqüentemente, gerando maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico. Assim, delineou-se a seguinte hipótese:

- ✓ **H₁**: A arrecadação municipal se correlaciona positivamente com o desenvolvimento socioeconômico municipal.

3. Metodologia

A fim de atender o objetivo da pesquisa, os procedimentos metodológicos foram divididos em: (i) amostra da pesquisa e (ii) regressão linear múltipla. Neste primeiro ponto foi explicado a amostra utilizada na pesquisa, e como foram coletados os dados desta amostra; já no segundo ponto foi explicado sobre a técnica de análise de dados aplicada nesta pesquisa.

3.1 Amostra da pesquisa

No momento de determinação da amostra, foram selecionados os municípios da RMERJ, tendo um total de 22 municípios. O período abrangido por esta pesquisa foi do ano de 2013 a 2021, uma vez que os dados referentes aos tributos no SICONFI só começaram a ser disponibilizado a partir desta data inicial e os dados do Produto Interno Bruto – PIB (uma das variáveis utilizadas no trabalho), é o número mais recente consolidado referente a este índice.

Os dados referentes a esses municípios da amostra foram retirados da base de dados da **SICONFI/FINBRA**, na opção “consultas > contas anuais”, que ajudou a compor os dados referentes às arrecadações dos municípios estudados. Outro banco de dados utilizados foi o **Portal das Prefeituras Municipais**. Por fim, o último portal utilizado foi o do **IBGE**, para coleta dos dados do PIB Municipal e População.

3.2 Regressão linear múltipla

A escolha do método utilizado neste trabalho se deu devido a sua relevância e conexão com o objetivo do presente trabalho. Além disso, outras pesquisas que buscaram estudar temas correlatos, também utilizaram este mesmo método, como o caso de Yerrabati (2021), que visou

examinar a relação não linear entre trabalho autônomo e crescimento econômico, no contexto de países em desenvolvimento. Seguindo a esteira do trabalho autônomo, Cowling e Wooden (2021), examinaram até que ponto o trabalho autônomo individual servia como um veículo para a criação de empregos. Já Pacheco, Silva e Castro (2020), estimaram os impactos das principais transferências condicionais e incondicionais sobre a arrecadação tributária de 5.570 municípios brasileiros. E Silva *et al.* (2019), analisaram os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses.

A análise de regressão tem como objetivo medir a dependência de uma variável (variável a ser explicada) em relação a uma ou mais variáveis independentes (variáveis explicativas), com a finalidade de estimar e/ou prever o comportamento do objeto em estudo (Maravalhas e Silva Jr., 2019; Silva, Souza e Cysneiros, 2019; Li, Dong e Han, 2020).

Em Hair Jr. *et al.* (2005), verifica-se que um modelo de regressão linear múltipla utiliza mais de uma variável independente, sendo que estes modelos podem ser classificados em regressões de séries temporais, transversais ou dados em painel. Este último tem duas subclassificações, as de tempo e indivíduos, conforme demonstrado na **Equação (1)**:

$$Y_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 x_{1i,t} + \dots + \beta_n x_{ni,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (1)$$

Onde:

$Y_{i,t}$ é a variável dependente;

$x_{ni,t}$ variáveis independentes existentes de i indivíduos, representando os dados de corte transversal em que $i \in (1, 2, 3, \dots, N)$ e t o número de períodos, indicando a série de tempo, em que $t \in (1, 2, 3, \dots, N)$;

β_0, β_1 e β_n são os parâmetros da regressão; e

$\varepsilon_{i,t}$ é o termo que representa o resíduo ou erro da regressão.

Para os autores Hsiao (2014) e Wooldridge (2016), as principais vantagens da análise de dados em painel são: a utilização de um maior número de informações; a redução dos problemas de colinearidade; e o aumento da eficiência na estimação. A união de séries temporais e *cross section* aumenta o grau de liberdade da amostra, ou seja, aumenta o número de observações em relação ao número de parâmetros que se busca estimar. Quanto maior o tamanho da amostra, maior o grau de liberdade e, conseqüentemente, melhor será o resultado dos parâmetros.

Os dados em painel são essenciais para analisar a aplicação da teoria na pesquisa empírica e entender o comportamento de determinadas variáveis ao longo do tempo. Eles capturam a mudança de um indivíduo no tempo, permitindo identificar ciclos de mudança e compreender os seus impactos. Essas análises são fundamentais para avançar na pesquisa em administração (Meneghini e Lana, 2024). Diz-se que um painel é equilibrado quando a informação está disponível para todos os indivíduos durante todos os períodos considerados na análise, e desequilibrado quando nem todas as observações estão disponíveis para todos os indivíduos e todos os períodos (Oliveira e Bueno, 2019).

Sendo assim, a equação deste trabalho pode ser representada pela **Equação (2)**:

$$PIB_Mpercapita_{i,t} = \beta_0 + \beta_1 IPTU_{1i,t} + \beta_2 ITBI_{2i,t} + \beta_3 ISSQN_{3i,t} + \beta_4 TX_{4i,t} + \beta_5 CM_{5i,t} + \varepsilon_{i,t} \quad (2)$$

Sendo assim, as variáveis desta pesquisa ficaram divididas da seguinte forma: $y_{i,t} = PIB_MPercapita$ (variável dependente – VD), mede o desenvolvimento socioeconômico dos

municípios sob a ótica riqueza gerada por habitante (PIB Municipal *Per Capita*); $x_{1i,t}$ = IPTU, $x_{2i,t}$ = ITBI, $x_{3i,t}$ = ISSQN, $x_{4i,t}$ = TAXA (TX), $x_{5i,t}$ = Contribuição de Melhoria (CM), todas estas variáveis representam os valores arrecadados pelos municípios de forma *per capita* (variáveis independentes – VI); já os coeficientes ou parâmetros da regressão β_0 e β_{1a5} , são descritos por Montgomery, Peck e Vining (2012), como: β_0 sendo o coeficiente intercepto ou linear, o qual corresponde à média de Y quando todas as variáveis de controle são iguais a zero, ou seja, ele representa o valor de Y quando X é igual a zero; o coeficiente β_{1a5} , como coeficientes de regressão parcial ou angular.

Para este estudo, i indica os municípios da RMERJ, β_0 é o intercepto que é representado por uma variável escalar e que é fixa no tempo (valor previsível, não aleatório), β_{1a5} , o coeficiente angular (ou parâmetro) que será testado e $x_{1a5i,t}$ são as variáveis independentes, que variam em função do tempo t dos anos estudados e em cada município i da RMERJ.

Já $Y_{i,t}$ é a variável dependente que mede o PIB Municipal *per capita* (PIB_M_{percapita}) e $\varepsilon_{i,t}$ é o valor não observável do efeito individual especificado, ou seja, a variável de erro/distúrbio que faz com que os impactos das variáveis independentes (tributos municipais) sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da RMERJ (variável dependente), não alcancem o valor esperado.

Quadro 1 – Resumo das variáveis utilizadas no trabalho

Variável	Descrição	Base Teórica
PIB Municipal Per Capita	Variável que descreve a riqueza gerada por habitante dos municípios da RMERJ.	Mansi <i>et al.</i> (2020), Miladinov (2020) e Tambosi <i>et al.</i> (2020).
Tributos Municipais (IPTU, ITBI, ISSQN, TX e CM)	Variável que descreve a arrecadação dos municípios da RMERJ.	Paes (2014); Wilbert, Alcântara e Serrano (2015); Silva <i>et al.</i> (2019); Cordeiro, Montibeler e Oliveira (2020); Cordeiro <i>et al.</i> (2023; 2024).

Nota: Autores citados na coluna de base teórica. O objetivo deste quadro é sintetizar as variáveis utilizadas nos modelos do artigo, bem como mostrar os seus significados e outros trabalhos que também usaram essas mesmas variáveis como base. Variáveis utilizadas de forma *per capita*.

Outro ponto importante que merece ênfase, são os testes necessários para a validação do modelo, tais como: o *Teste de Hausman*, que é uma ferramenta utilizada para trabalhar com modelos de regressão que utilizam dados em painel (Bliese *et al.*, 2020); *Teste de Heterocedasticidade*, que é necessário para determinar se os resíduos absolutos de todas as observações no modelo de regressão são os mesmos; *Teste de Multicolinearidade*, que é realizado para verificar se existe uma relação linear entre uma variável independente e outras variáveis independentes; *Teste de Normalidade*, que é essencial para verificar se as variáveis dependentes e independentes são normalmente distribuídas (Amalia, Imron e Warnaningtyas, 2021); *Teste T* (teste do coeficiente de regressão), que é utilizado para determinar se a variável independente influencia parcial ou individualmente a variável dependente; *Teste F*, que tem por objetivo determinar se a variável independente e a variável dependente interagem (Nani, Handayani e Safitri, 2021); e *Teste de Ausência de Autocorrelação*, que busca verificar se a autocorrelação entre os resíduos é zero (Cordeiro, 2019).

Por fim, algumas técnicas da análise multivariada, como o caso da regressão linear, apresentam um conjunto de suposições ou de pressupostos, que deve ser cumprido para que haja a aplicação correta do procedimento estatístico. Sendo assim, esta pesquisa buscou destacar os principais pressupostos requeridos na análise de regressão linear.

4. Resultados e Discussões

4.1 Análise Descritiva

Antes de iniciar a análise do modelo da regressão linear com dados em painel, fez-se necessário trazer algumas informações importantes por meio das estatísticas descritivas que constam da **Tabela 1**:

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas das Variáveis da Pesquisa

Variável	Média	Mediana	D.P.	Mín	Máx
PIBM_PerCap	33860	19937	44676	10048	5,118e+005
IPTU_PerCap	133,8	70,93	167,4	5,796	896,6
ITBI_PerCap	29,66	14,29	40,78	0,3117	209,4
ISSQN_PerCap	258,50	128,6	307,6	0,1119	1851
TX_PerCap	37,71	31,61	24,41	1,215	102,3

Nota: Os resultados apresentados acima foram elaborados pelos autores, com base nos dados da pesquisa. O período utilizado na demonstração acima foi de 1:1 a 22:9, usando como base o período apurado no modelo da regressão. As variáveis foram transformadas em *per capita*. A variável CM (Contribuição de Melhoria), foi excluída da equação, uma vez que a maioria dos municípios não utilizam a cobrança desse tributo, buscando assim, manter a estrutura de um painel balanceado.

A variável PIBM_PerCap, que representou a média anual do PIB dos municípios da RMERJ, apresentou uma média de R\$ 33.860,00 por habitante, sendo que esta média ficou um pouco mais elevada devido à participação de alguns municípios cuja contribuição é significativa sobre a ótica *per capita*, como no caso dos municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Maricá, Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro e Seropédica.

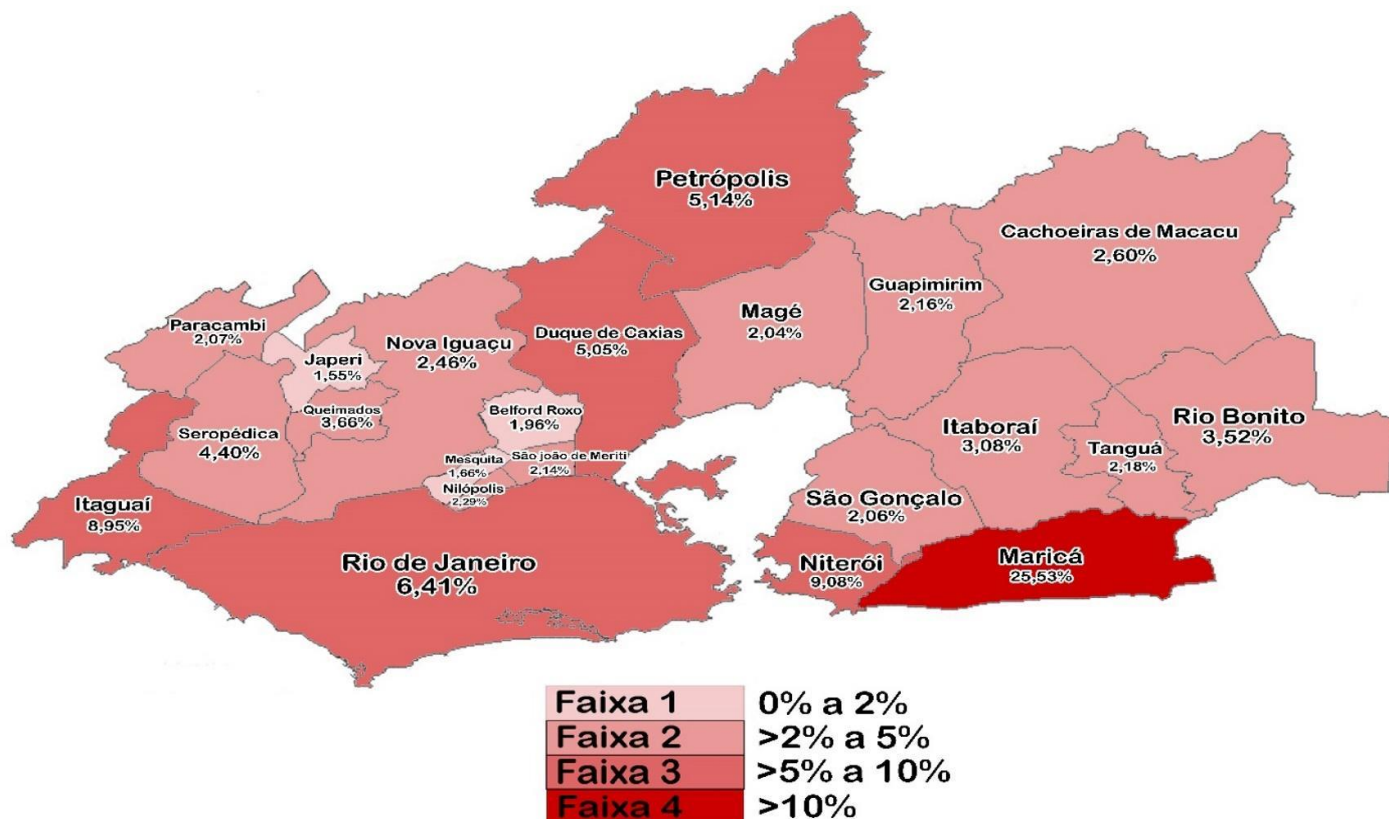
Já a variável ISSQN_PerCap, que representou a média anual de arrecadação de ISS desses municípios, apresentou uma média de R\$ 258,50, sendo que esta média ficou um pouco mais elevada devido a participação de alguns municípios cuja contribuição é significativa, como no caso dos municípios de Duque de Caxias, Itaguaí, Niterói, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro (capital).

Em seguida, ficaram as variáveis IPTU_PerCap (R\$ 133,80), TX_PerCap (R\$ 37,71) e ITBI (R\$ 29,66), respectivamente. Importante enfatizar que de todos os municípios analisados, apenas Seropédica apresentou um crescimento na proporção da arrecadação do ISS na comparação entre 2021 e 2013, ainda sim, com um crescimento de apenas 1,0%. Em contrapartida, em quase todos os municípios, com exceção de Japeri, Maricá, Nilópolis e Tanguá, houve um crescimento na proporção da arrecadação do IPTU, demonstrando assim, que este tributo tem papel importante nas finanças destes municípios.

As Taxas e o ITBI demonstraram o mesmo movimento de perda na proporção da arrecadação, sendo que as Taxas apresentaram uma maior média, demonstrando maior significância nas finanças municipais destes entes federativos do que o ITBI. Essa baixa participação do ITBI nas contas municipais também foi observada por Santos e Cremonez (2017), que verificaram que os estados brasileiros, na média, alcançaram taxas com variações negativas na participação *per capita* do ITBI, comparadas ao estado de São Paulo. Assim como, constataram que os municípios pertencentes aos demais estados brasileiros não aumentaram suas receitas *per capita* do ITBI com a mesma intensidade dos municípios do estado de São Paulo.

Outro dado interessante encontrado neste trabalho foi relacionado à representação do PIB *per capita* dos municípios da RMERJ que foi extraído através da média da proporção do PIB *per capita* desses municípios no período estudado, conforme **Figura 1**:

Figura 1 – Proporção do PIB *per capita* dos municípios da RMERJ (média 2013-2021)



Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme demonstrado acima, o município com maior representação no PIB *per capita* da RMERJ foi Maricá, como destacado pela Maricainfo (2024), esta elevada proporção de participação muito se refere a atividade petrolífera existente no município que faz com que o mesmo receba participações significativas nas chamadas cota-parte e participações especiais pela exploração de óleo bruto.

4.2 Análise Econométrica

Esta análise da regressão buscou verificar os efeitos das variáveis independentes (IPTU_PerCap, ITBI_PerCap, ISSQN_PerCap e TX_PerCap), sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da RMERJ (PIB_M Per Capita - variável dependente), no período de 2013 a 2021, contando com os 22 indivíduos da equação (neste caso, os municípios estudados).

Após a realização dos testes dos pressupostos, para identificação do melhor modelo a ser adotado na regressão, concluiu-se que o modelo mais adequado para essa regressão seria o dos Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), em vez dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), para correção do pressuposto da homocedasticidade. Os resultados dos testes serão demonstrados na parte de baixo da **Tabela 2**:

Tabela 2 – Dados em painel com Mínimos Quadrados Ponderados

Modelo 1: WLS, usando 198 observações
Incluídas 22 unidades de corte transversal
Variável dependente: In_PIBM_PerCap
Pesos baseados nas variâncias de erro por unidade

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
const	7,75770	0,107887	71,91	<0,0001	***
In_IPTU_PerCap	0,390411	0,0364838	10,70	<0,0001	***
In_ITBI_PerCap	0,00106759	0,0204923	0,05210	0,9585	
In_ISSQN_PerCap	0,208877	0,0234515	8,907	<0,0001	***
In_TX_PerCap	-0,117880	0,0377291	-3,124	0,0021	***

Estatísticas baseadas nos dados ponderados:

Soma resíd. Quadrados	182,6413	E.P. da regressão	0,972794
R-quadrado	0,883703	R-quadrado ajustado	0,881293
F(4, 193)	366,6358	P-valor(F)	5,80e-89
Log da verossimilhança	-272,9563	Critério de Akaike	555,9126
Critério de Schwarz	572,3539	Critério Hannan-Quinn	562,5675

Estatísticas baseadas nos dados originais:

Média var. dependente	10,14964	D.P. var. dependente	0,634326
Soma resíd. quadrados	29,87916	E.P. da regressão	0,393465

Nota: Os resultados apresentados acima foram elaborados pelos autores, com base nos dados da pesquisa. Como observado no resultado dos testes, com a utilização do modelo dos efeitos aleatórios sugerido pelo Teste de Hausman (p -valor = 0,268393), o mesmo não atendeu algum dos pressupostos como o da normalidade dos resíduos (p -valor = 1,0761e-023) e o da homoscedasticidade na variância dos erros (p -valor = 0). Quanto à normalidade, o pressuposto foi relaxado seguindo o Teorema do Limite Central e quanto à homoscedasticidade da variância dos erros, optou-se pela utilização da substituição do modelo MQO (Mínimos Quadrados Ordinários) com os efeitos fixos pelo modelo MQP (Mínimos Quadrados Ponderados), que equilibra a distribuição dos erros de acordo com o peso dos indivíduos da amostra. Além disso, os resultados do Teste de Multicolinearidade feitos através dos Fatores de Inflação da Variância (FIV) foram: IPTU = 5,378, ITBI = 2,831, ISSQN = 1,811 e TX = 3,066, ou seja, todos com resultados menores do que 10. **Legenda:** *90% de significância; **95% de significância; ***99% de significância.

Um item importante de análise no modelo de regressão é a da significância estatística das variáveis, que é representada pela coluna do “ p -valor”, e como observado, as variáveis têm significância estatística de 99%, com exceção da variável In_ITBI_PerCap, que não apresentou significância estatística, sendo assim, não pôde ser interpretada. Desta forma, foi possível analisar a relação das outras variáveis independentes sobre a variável dependente (Tributos x PIB_M Per Capita).

Outro item importante de se analisar é o valor do R^2 , que para esse modelo foi de 0,8837, ou seja, significa dizer que as variáveis utilizadas conseguem explicar 88,37% do modelo utilizado.

Sobre a análise dos resultados da regressão, observou-se uma relação positiva entre os tributos do IPTU e ISSQN com o PIB Municipal Per Capita, ou seja, entre a arrecadação municipal desses tributos e o desenvolvimento socioeconômico desses municípios, contudo, notou-se uma baixa relação negativa entre as TAXAS e o PIB Municipal Per Capita, confirmando parcialmente a hipótese do trabalho, que foi a **H₁**: *a arrecadação municipal se correlaciona positivamente com o desenvolvimento socioeconômico municipal*. Como o ITBI não apresentou significância estatística, não se pôde confirmar, em sua totalidade, a hipótese apresentada.

Gomide e Ferreira (2009), com os seus resultados encontrados nos municípios mineiros, corroboraram com a ideia colocada pela corrente teórica que defende que o IPTU e o ISSQN são os tributos que têm maior impacto na arrecadação do município, e, conseqüentemente, no crescimento econômico municipal, no curto prazo.

Os resultados demonstraram que em duas variáveis analisadas, a correlação com o desenvolvimento socioeconômico municipal foi positiva, sendo que o IPTU apresentou uma proporção maior, indicando que para cada 1% per capita arrecadado de IPTU, gerou-se um

aumento médio anual de 0,39% *per capita* no PIB dos municípios da RMERJ. Na mesma lógica, para cada 1% *per capita* arrecadado no ISSQN, gerou-se um aumento médio anual de 0,21% *per capita* no PIB destes municípios. Contudo, a variável da TAXA apresentou uma correlação com o desenvolvimento socioeconômico municipal de maneira invertida, ou seja, demonstrando que este tributo contribuiu negativamente.

De acordo com os estudos de Massardi e Abrantes (2015) e Vieira *et al.* (2017), há uma correlação entre elevado esforço fiscal e maior desenvolvimento, com ambos se influenciando mutuamente. Esses pesquisadores observaram que municípios com maior capacidade de arrecadação tributária tendem a apresentar níveis mais elevados de desenvolvimento nas áreas de educação, saúde, emprego e renda.

Complementando esses achados, Fernandes, Brunozi Júnior e Leroy (2018) indicam que uma arrecadação elevada pode estar associada a melhores indicadores de desenvolvimento econômico e social. Eles também ressaltam que municípios com maior arrecadação têm um impacto mais significativo no desenvolvimento do que aqueles com arrecadação média ou baixa.

Outro achado interessante relacionado ao desenvolvimento socioeconômico foi o do estudo de Miladinov (2020), que encontrou uma forte correlação positiva entre o PIB *per capita* e a expectativa de vida, demonstrando que países com maiores níveis de desenvolvimento econômico apresentaram maior longevidade, e enfatizando que o crescimento econômico desses países candidatos à adesão à União Europeia (UE) contribuiu para melhorias nos serviços de saúde e na qualidade de vida, fatores que elevaram a expectativa de vida.

Por fim, Mansi *et al.* (2020) demonstraram em seu estudo que o PIB *per capita* mais elevado nos países da UE está associado a taxas mais baixas de pobreza, enquanto nos Bálcãs, o baixo PIB *per capita* está correlacionado com altas taxas de pobreza.

Portanto, é possível afirmar que uma maior arrecadação tende a promover um maior desenvolvimento socioeconômico nos municípios. No entanto, um ponto intrigante identificado no estudo é o efeito negativo da taxa tributária sobre o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da RMERJ, conforme demonstrado nas estimativas econométricas. Isso levanta questionamentos importantes e abre espaço para discussões acadêmicas sobre a natureza dessa relação.

Apesar dessa observação contrária, os resultados gerais da pesquisa estão em consonância com a literatura existente, reforçando a necessidade de os gestores públicos aprimorarem as políticas de arrecadação. O aumento da arrecadação pode potencialmente ser transformado em maior desenvolvimento socioeconômico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

5. Considerações finais

A conclusão deste estudo, que investigou a relação entre arrecadação municipal e desenvolvimento socioeconômico nos municípios da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMERJ), revelou importantes *insights* sobre o impacto fiscal no desenvolvimento regional. A arrecadação tributária, especialmente de impostos como IPTU e ISSQN, mostrou-se positivamente correlacionada com o desenvolvimento socioeconômico, indicando que a capacidade fiscal de um município pode influenciar diretamente sua performance em termos de qualidade de vida e bem-estar social.

Os resultados indicam que municípios com maior arrecadação de IPTU e ISSQN tendem a apresentar um PIB *per capita* mais elevado, sugerindo que o fortalecimento dessas fontes de receita pode ser uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento econômico local. No entanto, o estudo também revelou que a variável "taxa" apresentou um impacto negativo, o que

abre espaço para discussões sobre a eficiência e a gestão desse tipo de tributo. Essa divergência em relação aos demais tributos analisados levanta questões sobre a estrutura tributária e sua aplicação nos municípios da RMERJ.

Do ponto de vista regional, a RMERJ concentra a maior parte da atividade econômica e da infraestrutura do estado, o que reforça a importância de uma gestão eficiente da arrecadação para maximizar o desenvolvimento socioeconômico. Esse estudo contribui para o debate sobre a dependência das transferências federais e estaduais, sugerindo que uma maior autonomia fiscal pode favorecer o desenvolvimento em áreas cruciais como saúde, educação, emprego e renda.

Outro ponto importante é que os achados reforçam a literatura existente, que defende a necessidade de os gestores públicos implementarem políticas fiscais mais robustas e eficazes. A promoção de um equilíbrio entre arrecadação própria e transferências governamentais pode ser a chave para ampliar os investimentos locais e melhorar os indicadores de desenvolvimento nos municípios.

Em resumo, os resultados deste estudo demonstraram que a arrecadação tributária possui um papel central no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da RMERJ. No entanto, há nuances que precisam ser consideradas, como a natureza dos tributos e sua aplicação, destacando a importância de um planejamento fiscal adequado para alcançar um desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

Assim, o presente artigo cumpriu seu objetivo geral de analisar os efeitos da arrecadação municipal no desenvolvimento socioeconômico dos municípios da RMERJ, bem como os objetivos específicos de verificar a capacidade de arrecadação desses municípios e revisar a literatura sobre finanças públicas e desenvolvimento socioeconômico. A hipótese testada foi confirmada parcialmente.

Como contribuição, a pesquisa enriqueceu o debate sobre finanças públicas, especialmente no contexto regional do estado do Rio de Janeiro (ERJ). No entanto, a pesquisa enfrentou limitações quanto ao número de variáveis analisadas e quanto ao período de corte de tempo. Para futuras investigações, recomenda-se a ampliação do número de variáveis, incluindo variáveis de controle e outros relevantes, bem como a extensão da série temporal, para verificar e comparar os resultados.

Referências

ALVES, P. J. H.; ARAÚJO, J. M. Os impactos das transferências intergovernamentais nos incentivos orçamentários dos municípios brasileiros. **Texto para discussão 2623 do IPEA** - publicado em janeiro de 2021.

AMALIA, W. R.; IMRON, M.; WARNANINGTYAS, H. Pengaruh Gaya Kepemimpinan Transformasional Dan Kompensasi Terhadap Kinerja Pegawai KPRI Sejahtera Madiun. **Jurnal Ekomaks Jurnal Ilmu Ekonomi Manajemen dan Akuntansi**, v. 10, n. 1, p. 33–39, 2021.

BLIESE, P. D.; SCHEPKER D. J.; ESSMAN S. M.; PLOYHART R. E. Bridging Methodological Divides Between Macro- and Microresearch: Endogeneity and Methods for Panel Data. **Journal of Management**, v. 1, n. 46, p. 70-99, 2020.

BOTELHO L. H. F.; ABRANTES L. A. Desoneração tributária como fator de desenvolvimento socioeconômico das regiões brasileiras. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 10, n. 1, p. 1258-1283, 2020.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA PCT – INCRA/IICA. Brasília, 1999.

BÜTTENBENDER, P. L. Desenvolvimento local. In: GRIEBELER, Marcos Paulo Dhein, organizador. **Dicionário de Desenvolvimento Regional e Temas Correlatos**. Uruguiana, 2. ed. rev. e ampl. Uruguiana, RS: Ed. Conceito, 2021. p. 962.

CARNEIRO, L. A. SOUZA, J. T. Código Tributário de Buriti do Tocantins: Composição das Receitas Próprias e Dependência de Repasses Federais na Implementação de Políticas Públicas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 4, n. 2, p. 227-237, 2017.

CASTRO, L.; PORCIUNCULA, L.; BUENO, C. Campanha “IPTU PREMIADO” e seu impacto na arrecadação no município de Pejuçara. **Revista Gedecon**, v. 8, n. 2, p. 35-50, 2020.

CEPERJ - Fundação Centro Estadual de Estatísticas Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (2020, 23 de abril). As oito regiões de Governo e Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Recuperado de http://arquivos.proderj.rj.gov.br/sefaz_ceperj_imagens/Arquivos_Ceperj/ceep/informacoes-do-territorio/cartografia-fluminense/Mapa%20das%20Regiões%20de%20Governo%20e%20Municípios%20do%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%202019%20-%20CEPERJ.pdf

CORDEIRO, D. R. **O Impacto da Política Pública do Simples Nacional sobre a Arrecadação do ICMS**. 2019. 76p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto de Três Rios. Programa de Pós-Graduação em Administração - Mestrado Acadêmico (PPGA/MA). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

CORDEIRO, D. R.; MONTIBELER, E. E.; & DE OLIVEIRA, D. R. O impacto da política pública do Simples Nacional sobre a arrecadação do ICMS. **Geosul**, v. 35, n. 76, p. 580-597, 2020.

CORDEIRO, D. R., MONTIBELER, E. E., FORTUNATO JUNIOR, M. F., & RABELO, L. DAS C. O impacto das MPE optantes pelo simples nacional na arrecadação tributária e na geração de empregos dos municípios do estado do Rio de Janeiro. **Revista Econômica Do Nordeste**, v. 54, n. 3, p. 149–165, 2023.

CORDEIRO, D. R.; CRUZ, S. S. da; OLIVEIRA, B. da C.; REGO, H. R. S.; MONTIBELER, E. E. A dependência dos municípios do Estado do Rio de Janeiro em relação aos repasses federal e estadual. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, v. 1, n. 26, p. 11-34, 2024.

CORREIA, M. L. A. Crescimento econômico e desenvolvimento humano na constituição brasileira. In: FEITOSA, M. L. P. A.; XAVIER, Y. M. A.; KLARK, G. **Direito econômico, energia e desenvolvimento**. Florianópolis: Conpedi, 2014. p. 6-21.

COSTA, R. F. R. **Fundo de Participação dos Municípios e Equidade de Serviços Públicos: um estudo para os municípios brasileiros**. 2010. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Curso de Mestrado em Economia. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

COSTA, R. F. R. **O Impacto das Transferências Constitucionais sobre o Comportamento Fiscal dos Municípios Brasileiros**. 2013. 64 f. Tese (Doutorado em Economia). Curso de Pós Graduação - Graduação em Economia - CAEN, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2013.

COWLING, M. L.; WOODEN, M. Does solo self-employment serve as a 'stepping stone' to employership? **Labour Economics**, v. 68, n. 101942, p. 1-12, 2021.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

DEBNATH, R. M., & SHANKAR, R. Does good governance enhance happiness: a cross nation study. **Social Indicators Research**, v. 116, n. 1, p. 235-253, 2014.

FERNANDES, C. M.; BRUZONI JÚNIOR, A. C.; LEROY, R. S. D. Desempenho tributário e desenvolvimento econômico e social em municípios mineiros. **Revista Perspectivas Contemporâneas**, v. 1, n. 1, p. 74-93, 2018.

GOMIDE, T. R.; FERREIRA, M. A. M. Impacto da arrecadação tributária na atividade econômica dos municípios. **Revista de Desenvolvimento Econômico - RDE**, v. 11, n. 20, p. 67-75, 2009.

GONÇALVES, A. L. Os Efeitos das Transferências Fiscais sobre as Despesas Públicas e Arrecadação Tributária dos Municípios Brasileiros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 28, p. 17-27, 2013.

HAIR Jr., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

HSIAO, Ch. **Analysis of Panel Data**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

LAZARIN, M. F.; MELLO, G. R.; BEZERRA, F. M. Relação entre a dívida pública e o desenvolvimento socioeconômico dos municípios paranaenses: evidências para o período de 2002 a 2010. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 2, p. 721-738, 2014.

LEITE FILHO, G. A.; SANTIAGO, W. P.; OTONI, B. S.; VELOSO, J. T. R.; FERREIRA, K. R. Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal nos indicadores de desenvolvimento e de responsabilidade social dos municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 2, p. 14-25, 2015.

LEROY, R. S. D.; ABRANTES, L. A.; ALMEIDA, F. M.; FERREIRA, M. A. M.; VIEIRA, M. A. Estrutura Arrecadatória e Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios Mineiros. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 41, p. 164-201, 2017.

LI X.; DONG H.; HAN S. Multiple Linear Regression with Kalman Filter for Predicting End Prices of Online Auctions. **CyberSciTech**, v. 1, n. 1, p. 182-191, 2020

MANSI, E.; HYSIA, E.; PANAIT, M.; VOICA, MC. Poverty-A Challenge for Economic Development? Evidences from Western Balkan Countries and the European Union. **Sustainability**, v. 12, n. 18, p. 1-24, 2020.

MARAVALHAS F. B.; SILVA Jr. L. H. Fatores socioeconômicos e demográficos associados à existência de museus em municípios brasileiros: um estudo aplicando modelo de regressão linear. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 34, n. 1, p. 1-23, 2019.

MARCONATO M.; PARRÉ J. L.; COELHO M. H. Dinâmica Financeira dos Municípios Brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 2, p. 378-394, 2021.

MARICAINFO (Org.). **Maricá tem o maior PIB per capita do Estado**, com R\$ 511mil – publicado em 28 de março de 2024. Disponível em: <https://maricainfo.com/2024/03/28/marica-tem-o-maior-pib-per-capita-do-estado-com-r-511-mil-entenda.html>. Acesso em: 07 de out. de 2024.

MASSARDI, W. O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de Minas Gerais. **Revista de Gestão**, v. 22, n. 3, p. 295-313, 2015.

MENEGHINI E. M. P.; LANA J. Pensata: escolhendo entre efeitos fixos e aleatórios na análise de dados em painel. **Internext**. v. 19, n. 1, p. 16-23, 2024.

MILADINOV, G. Socioeconomic development and life expectancy relationship: evidence from the EU accession candidate countries. **Genus**, v. 76, n. 2, p. 1-20, 2020.

MONTGOMERY, D. C.; PECK, E. A.; VINING, G. G. **Introduction to linear regression analysis**. New Jersey, USA: Wiley, 2012.

NANI D. A.; HANDAYANI M. T. K.; SAFITRI V. A. D., Fraud dalam Proses Akademik pada Perilaku Mahasiswa. **Journal of Accounting and Finance - JAF**, v. 5, n. 1, p. 11 - 20, 2021.

OLIVEIRA R. A.; BUENO L. R. O impacto do financiamento do PRONAF sobre indicadores agrícolas nas lavouras do Estado do Paraná: uma análise de dados em painel Redes. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 1, p. 292-309, 2019.

OLIVEIRA, C. J. M. Competência Própria de Arrecadação Tributária dos Municípios. **Revista Direito em Foco**, v. 14, n.1, p. 89-96, 2022.

PACHECO, C. P.; SILVA, C. G. da.; CASTRO, M. A. Efeitos das transferências condicionais e incondicionais sobre a arrecadação tributária dos municípios brasileiros. **In Anais do 48º Encontro Nacional de Economia – ANPEC**, Online, área 5 – economia do setor público, 2020.

PAES, N. L. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários. **Nova Economia**, v. 24, n. 3, p. 541-554, 2014.

PEREIRA G. A.; MOREIRA T. B. D. S. A influência dos consórcios intermunicipais de saúde no Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, v. 1, n. 46, p. 131-159, 2016.

PILOTTI, J. A. RODRIGUES, W. M. O Efeito das Receitas Tributárias sobre o Equilíbrio Financeiro Municipal - Estudo de Caso Múltiplo. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 8, n. 1, p. 115-140, 2019.

RIBEIRO, C. P. P. *et al.* Transferências Constitucionais no Brasil: um estudo bibliográfico sobre o FPM-fundo de participação dos municípios. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 38, p. 44-65, 2019.

RIBEIRO, C. P. P. Os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM-Interior) e suas implicações no desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. **Revista Cadernos de Finanças Públicas**, Ed. Especial, p. 1-35, 2023.

RIGUEIRO, I. C. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem à sustentabilidade dos projetos de empreendedorismo social.** 2014. Dissertação (Mestrado em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

RODRIGUES, D. S. *et al.* Influência do fundo de participação dos municípios e da responsabilidade fiscal no nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 18, n. 49, p. 22-37, 2021.

SANDRONI, P. **Novo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, R. G. dos; CREMONEZ, G. M. Arrecadação do ITBI no Brasil: uma análise a partir do estado de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, v. 1, n. 48, p. 415-438, 2017.

SEVERINO, B. R. **Fundo de Participação dos Municípios: Uma Análise sobre o Impacto na Corrupção Municipal.** 2017. 37f. Monografia (Bacharelado em Ciências Contábeis). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003.

SILVA, A. D.; SILVA, A. D. Autonomia Municipal no Federalismo Brasileiro: A Eficiência na Administração Tributária Municipal. **Dom Helder Revista de Direito**, v. 1, n. 1, p. 22-24, 2018.

SILVA, C. R. M. DA.; OLIVEIRA, F. A. S.; VASCONCELOS, V. D.; FONTENELE, R. E. S. Arrecadação municipal e desenvolvimento socioeconômico nos municípios cearenses. **In Anais do VIII Encontro de Administração Pública da ANPAD – EnAPG**, UNIFOR, Fortaleza/CE, 2019.

SILVA W. J. F.; SOUZA R. M. C. R.; CYSNEIROS F. J. A. Polygonal data analysis: A new framework in symbolic data analysis. **Knowledge-Based Systems**, v. 1, n. 163, p. 26–35, 2019.

SIMONASSE, A. G. Arraes, R. A. Federalismo fiscal, política partidária e desempenho Financeiro dos Municípios Brasileiros. **Anais VII Congresso Brasileiro de Custos**, Recife, 2000.

TAMBOSI, S. S. V.; TAMBOSI Jr., J.; SANTOS, L. dos; DOMINGUES, M. J. C. de S. PIB per capita das nações: a influência da educação e da pesquisa e desenvolvimento. **Anais... XVII Congresso Virtual de Administração - CONVIBRA**, Online, 2020.

VIEIRA E. T.; SANTOS M. J. D. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; LOPES, J. V. S. Implicações do Esforço de Arrecadação no Desempenho Socioeconômico dos Municípios de Minas Gerais. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 99, p. 21-38, 2017.

WILBERT, M. D.; ALCÂNTARA, L. T. DE.; & SERRANO, A. L. M. Impactos do Simples na sociedade: uma análise da arrecadação e dos empregos gerados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e pelos microempreendedores individuais. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, v. 14, n. 42, p. 55-69, 2015.

WOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria**: uma abordagem moderna. Cengage Learning, São Paulo, 2016.

YERRABARI, S. Self-employment and economic growth in developing countries: is more self-employment better? **Journal of Economic Studies**, Early Acess, p. 1-15, 2021.